

Mercado socialmente necessário e comércio popular de alimentos no centro de Campinas: território, desigualdade e resistência

Livia Cangiano Antipon

Unicamp

Marcio Antonio Cataia

Unicamp

p. 591-606

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 22 • nº 3 (2018)

ISSN 2179-0892

Como citar este artigo:

ANTIPON, L. G.; CATAIA, M. A. Mercado socialmente necessário e comércio popular de alimentos no centro de Campinas: território, desigualdade e resistência. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 3, p. 591-606, dez. 2018. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/144085>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2018.144085>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

Mercado socialmente necessário e comércio popular de alimentos no centro de Campinas: território, desigualdade e resistência^{1*}

Resumo

O centro da cidade de Campinas abriga inúmeros estabelecimentos de comércio popular de alimentos organizados por uma miríade de trabalhadores e consumidores – sujeitos sociais pobres do lugar. Analisada sob a perspectiva teórica dos *dois circuitos da economia urbana*, essa *situação alimentar urbana* revela um cotidiano de dominação e resistências na metrópole, na qual trabalhadores, na luta diária de resolver a vida, criam diferentes formas de permanência em seus espaços econômicos. A crise social urbana acaba por organizar *territorialidades de resistência*, trazendo à tona a organização de um *mercado socialmente necessário* contra a fome na cidade.

Palavras-chave: Situação alimentar urbana. Circuito inferior da economia urbana. Mercado socialmente necessário. Centro de Campinas.

Market socially necessary and popular sale of food in Campinas: territory, inequality and resistance

Abstract

The city center of Campinas accommodates numerous establishments of commercialization of popular food organized by a wide diversity of workers and consumers – local poor social individuals. Such Urban Food Situation analyzed under the theoretical perspective of the inferior circuit of urban economy reveals a quotidian of domination and resistance in the metropolis, in which workers strive every day to resolve their lives, they create different forms of permanency in their economic areas. The urban social crisis turns out by organizing the territoriality of the resistance, bringing up the organization of a necessary social market to strike the hunger in the city.

Keywords: Urban Food Situation. Inferior circuit of urban economy. Necessary social market. Campinas city center.

1 * Capes. Processo: 1435567.

Introdução

Dinamizada por um fluxo intenso de pessoas, a cidade de Campinas² abriga, sobretudo em seu centro, múltiplos estabelecimentos – fixos e móveis – de comercialização de alimentos: bares, restaurantes populares, quiosques, bancas e ambulantes que vendem comida nas ruas são encontrados nos interstícios do tecido urbano e conformam o que reconhecemos como uma *situação alimentar urbana*, ou seja, um recorte do comércio alimentar, analisado aqui em seus aspectos populares, composto por trabalhadores e fornecedores da comida restauradora aos trabalhadores dependentes desse circuito para manutenção de suas rotinas. Cabe salientar que o termo situação alimentar urbana se refere a todas as formas de realização do acesso e consumo alimentar na cidade. Ou seja, seu estudo abarca, nesse sentido, as diferentes organizações do comércio alimentar nos dois circuitos da economia urbana e leva em consideração, portanto, as desigualdades entre os dois e, também, as múltiplas relações de interdependência. A pesquisa, no entanto, voltou-se para as formas de alimentação popular de rua, restringindo-se, portanto, a este recorte de estudo.

Nesse sentido, analiticamente, essa situação alimentar urbana é compreendida em nossas investigações a partir do *circuito inferior da economia urbana* (Santos, 1979a), e, para o seu estudo, além de levantamento bibliográfico e documental (realizado em livros, teses, dissertações, artigos de jornais, artigos de periódicos, legislações e demais documentos normativos), realizamos incursões de campo em determinadas ruas centrais da cidade com o intuito de destacar os aspectos qualitativos da vida cotidiana na urbe. Assim sendo, procuramos meditar sobre as articulações entre o comércio popular de alimentação e o que Ribeiro (2005b) denominou *mercado socialmente necessário*.

No período atual, aprofunda-se a pobreza estrutural associada ao espraiamento da mancha urbana e o crescimento das periferias na cidade de Campinas. O centro da urbe tem papel relevante nesse contexto, uma vez que é um dos lugares onde se organiza a economia formada pelos sujeitos pobres, configurando-se, portanto, como um espaço de resistência na cidade desigual.

Nesse sentido, trata-se o centro da cidade de uma área na qual o fluxo de pessoas é intenso tanto de trabalhadores quanto de consumidores, muitos dos quais, sujeitos que ganham baixos salários e, por essa razão, são dependentes de uma alimentação de menor preço, a qual o circuito inferior da economia urbana consegue oferecer. Problematizamos, assim, as trajetórias de vida desses sujeitos dinamizadores de um mercado popular da alimentação e o cotidiano marcado pela fome no centro da cidade.

O presente artigo se divide em três partes: em um primeiro momento apresentamos nosso pressuposto de método fundado na teoria dos dois circuitos da economia, como partida para a compreensão da situação alimentar urbana; em seguida, tratamos das trajetórias abrigadas no centro de Campinas analisadas por meio da “arte da viração”, manifesta no comércio popular de alimentação. Por fim, antecede a nossa conclusão, uma reflexão sobre o mercado socialmente necessário como forma de resistência à fome na cidade.

² Município do estado de São Paulo com 1.173.370 habitantes – estimativa IBGE para o ano de 2017 (IBGE, [s.d.]).

O centro de Campinas foi aqui interpretado como o lugar da coexistência e do conflito. Portanto, configura-se como um espaço de disputa, mas também, e sobretudo, revela-se como abrigo da força de uma classe trabalhadora pobre e precarizada, resistente à escassez com a qual é obrigada a conviver cotidianamente.

Uma entrada de método: da teoria dos circuitos da economia à situação alimentar urbana

A história espacial do Terceiro Mundo configura-se por sua seletividade (Santos, 1979a). Esses espaços se organizam e desorganizam-se em função de ordens modernizadoras longínquas, as quais, muitas vezes, não atendem em sua inteireza todos os lugares. Isso significa que a prática da modernização – corroborada pelo vetor do crescimento – é capaz de equipar os territórios de grandes firmas e normatizá-los – caso de amplas redes de comercialização de alimentos como as franquias de *fast-food* – em função das mesmas, em detrimento das pequenas empresas – vide as espessuras do comércio popular de alimentos tratadas nesse artigo – e da população como um todo (Santos, 1990).

A esse termo, afirma-se a existência de um motor da modernização que, ao impor um uso seletivo e dialético dos territórios, legitima a geração de riquezas resultantes de um crescimento econômico baseado no desenvolvimento material; e difunde, cada vez mais, uma crise social e política, pois permite nas cidades uma expansão da pobreza. Dessa maneira, compõe-se uma parte da população dependente de um circuito econômico que consiga suprir suas necessidades básicas, incluindo, sobretudo, a alimentação.

Logo, para analisar a situação alimentar urbana das cidades contemporâneas, é imprescindível uma reflexão que seja capaz de abarcar as especificidades que surgem dessa organização espacial em que há coexistência de divisões territoriais do trabalho (Silveira, 2004), retratadas nessas diferentes áreas de mercado de uma cidade (Montenegro, 2006).

Nesse sentido, Santos (1979b) propõe como método para melhor compreensão da formação *socioespacial* dos países do Terceiro Mundo, a teoria dos *dois circuitos da economia urbana*, na qual se entende que a cidade é constituída por dois subsistemas de mesma origem, interdependentes e complementares: o *circuito superior*, uma consequência direta da modernização tecnológica, e o *circuito inferior*, organizado por atividades de pequenas dimensões, trabalho intensivo e destinado, na maioria das vezes, às classes mais pobres, “excluídas” dessa modernização. Separados apenas para níveis analíticos, e cindidos na materialidade, diferenciam-se pela intensidade das variáveis de capital, organização e tecnologia (Santos, 1979a).

O circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979a), elemento essencial para uma real apreensão da realidade socioespacial em que vivemos, é resultado de um modelo modernizador excludente e, portanto, nasce da pobreza dos lugares a partir das diversas manifestações econômicas instituídas para a sobrevivência – revela-se assim como a economia dos pobres na cidade e como uma das principais fontes de comercialização de refeições baratas aos trabalhadores da urbe.

Esse circuito faz referência às atividades em que os capitais são reduzidos e o nível organizacional não é burocratizado, mas realizado segundo ações face a face e de base normalmente familiar. Além disso, as técnicas utilizadas são as mais rudimentares, não incorporando em sua inteireza as novas tecnologias do setor em questão. Trata-se de uma importante entrada analítica para o estudo da comercialização popular de refeições nas cidades, sobretudo em seus centros.

Em contrapartida, o circuito superior da economia urbana (Santos, 1979a) é organizado por grandes empresas representativas de uma economia globalizada, ou seja, em sua maioria, empresas que desempenham suas atividades localmente, “mas integradas com as de outra cidade de nível mais alto, ou com as de outra parte do país, ou ainda com as de outro país” (Santos, 1978, p. 52), detentoras de altos graus de tecnologia, organização e capital. No que tange ao tema em questão, tem-se como exemplo as grandes redes³ comercializadoras de alimentos e bebidas distribuídas por toda Campinas e restante do território nacional.

De modo diverso do circuito superior, o circuito inferior da economia urbana configura-se como um mercado que abriga outros sujeitos responsáveis pela *economia política da cidade* (Santos, 1994) – que não os da concepção única e hegemônica das trocas comerciais. Ou seja, também são eles os incumbidos – do ponto de vista do trabalho – pela produção e abastecimento alimentar da urbe em questão.

Apresentado em linhas gerais o nosso compromisso analítico para a situação alimentar campineira, a seguir tratamos dos modos de ação dos sujeitos sociais pobres da metrópole, dinamizadores desse circuito inferior da economia, buscando a sobrevivência em espaços desiguais.

A “arte da viração” no comércio popular de alimentação: trajetórias travadas para a permanência no centro de Campinas

A crise urbana instaurada no período contemporâneo, conforme Ribeiro (2005b, 2013a), permite que pesquisadores, comprometidos com a tessitura do social, leiam a realidade a partir do detalhe, dos gestos aparentemente insignificantes e do muito pequeno na cidade. Para a mesma autora, a valorização dessa metodologia de pesquisa – a qual leva em consideração o cotidiano, o lugar, o senso comum e o espaço herdado – possibilita a garantia de uma reflexão comprometida com a sociabilidade na urbe.⁴

Essa busca detalhada do tecido social, como uma das correntes do pensamento crítico contemporâneo, é, em verdade, aquela pesquisa que se preocupa em escutar atentamente “o murmúrio da vida coletiva” (Certeau, 1998⁵ apud Ribeiro, 2005b, p. 418), voltando-se para as “estratégias e táticas de sobrevivência, com apoio em metodologias comprometidas com as identidades sociais, os valores culturais e, especialmente, com o reconhecimento da plenitude do Outro” (Ribeiro, 2005b, p. 415).

3 Como exemplo trabalhado na pesquisa, tem-se especificamente a empresa multinacional Atacadão como referência de distribuição de alimentos e bebidas na cidade de Campinas.

4 Assim ressalta Ribeiro (2005b, p. 415): “O envolvimento com esse núcleo é obrigatório para todos aqueles que, preocupados com o presente, procuram caminhos para um futuro radicalmente democrático”.

5 CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

O Outro, nesta reflexão, é composto pelo grupo de trabalhadores do comércio popular da alimentação, o qual ao produzir sua economia evidencia algumas práticas que superam, mesmo que por pouco tempo, a cotidianidade alienada (Ribeiro, 2005b). Ou seja, as ações dos trabalhadores em questão demonstram que “a crise urbana agudiza o desencantamento que acompanha a modernização, mas também deixa clara a necessária superação do predomínio da ação instrumental” (Ribeiro, 2005b, p. 420) na cidade.

As trajetórias cotidianas dos sujeitos sociais revelam a urbanidade em Campinas, e, ao mesmo tempo, mostram que no lugar há resistências ao “cenário (artificializado) desejado pelas grandes corporações, pelos proprietários dos meios de comunicação e pelos donos de *griffe*” (Ribeiro, 2013d, p. 181-182).

Essas resistências são constituídas em torno do que estamos chamando de situação alimentar urbana, definida como uma presença maciça de restaurantes *self-service* ou os que servem pratos triviais, de bares que vendem, além de bebidas, salgados e doces, de barraquinhas de comidas em lugares movimentados, de *trailers* de sanduíches presente nas ruas das cidades em todos os horários, entre outros. Parte desse escopo, fizemos uma série de observações e cerca de trinta entrevistas semiestruturadas em diferentes horários do dia⁶ – manhã, tarde, noite e madrugada –, entre os anos de 2013 e 2016, caracterizando-se, primordialmente, como diálogos nos quais os interlocutores puderam narrar suas trajetórias na urbe, avultando-se os anseios, as expectativas e, principalmente, as suas inúmeras maneiras de resistir na cidade, deflagradas a partir da situação alimentar. Assim sendo, conversamos com pequenos proprietários de restaurantes populares e bares, vendedores ambulantes regularizados ou não, trabalhadores consumidores, fornecedores, agentes de órgãos públicos ligados à questão, entre outros.

Muitos dos sujeitos entrevistados, caso de P.⁷ e B., afirmam que a escolha em manter um negócio próprio é a possibilidade de “se virar” em situações um pouco mais favoráveis do que aquelas atreladas ao emprego assalariado anterior, condição estimulada “pela miséria do salário e pela sobrevivência exigida do trabalhador assalariado” (Ribeiro, 2013b, p. 284).

Esse processo pode ser referido, em boa medida, à “arte da viração” (Ribeiro, 2004, 2013c), ou seja, à “arte” de se virar, a partir da experiência do cotidiano, numa metrópole extremamente desigual.

Com base em Santos (1996a), ela seria, em verdade, a existência do saber “popular” na cidade, caracterizado pela curiosidade e pela necessidade – o resultado “da combinação do *savoir-faire* e da imaginação das massas, que inventam objetos de vida cotidiana” (Santos, 1996a, p. 180).

Nesse sentido, Ribeiro (2013d, p. 82-83) salienta:

Como tão bem proposto por Michel de Certeau (1998), existe, por vezes, nos lugares, uma arte de fazer, uma maneira de crer, sustentada por linguagens únicas. Esta arte é praticada, fundamentalmente, pelos mais pobres.

6 O centro de Campinas possui ruas nas quais há uma variada dinâmica de comércio e serviços que, consoante aos diferentes horários de funcionamento, é distinta em vários períodos do dia.

7 A pedido dos próprios sujeitos sociais entrevistados, optou-se por não os identificar nem mencionar o nome dos estabelecimentos, para garantir sua privacidade. Cabe destacar que alguns desses sujeitos estavam em situação “irregular” com os estabelecimentos, como, por exemplo, a não formalização – razão principal do receio de ter seu nome publicado.

Assim, as diferenças entre habitantes não se resumem à desigualdade de renda ou no acesso a condições materiais de vida. Diferenças também existem nas resistências sociais e no aprendizado da sobrevivência em ambientes antagônicos.

Esse aprendizado da sobrevivência muitas vezes é observado em cenas cotidianas desses trabalhadores na luta diária de “resolver a vida”. Destacam-se, por exemplo, alguns estabelecimentos que utilizam como meio de comunicação o “orelhão” (telefone público) mais próximo; o dono do quiosque que prepara o *vernissage* de volta das férias, distribuindo salgados e café, como forma de divulgação de seu estabelecimento aos estudantes que circulam pela região; o morador de rua que, em troca de comida, observa o pequeno estoque do vendedor de *hot dog* enquanto este vai guardar o carrinho no estacionamento; vendedores ambulantes que distribuem o “cartão do sócio” como meio de fidelização do consumidor; vendedores que perambulam o centro vendendo saquinhos de bolachas doces a um real e que, como forma de viabilizar a propaganda do serviço, dividem o anúncio em um cartão com mais três contatos, conforme afirma J.: “é que assim fica mais barato a gente fazer a nossa propaganda” (Entrevista de 5 de maio de 2015).

As resistências aos agentes fiscalizadores da cidade também são representações das maneiras desses sujeitos se virarem na metrópole. São essas resistências que “deixam transparecer a sagacidade e a força exigidas pela imposição de presenças recusadas pela (e na) cidade dominante” (Ribeiro, 2013b, p. 279). Temos como exemplo M., o qual durante o dia vende seus sanduíches na praça Carlos Gomes em um *trailer* regularizado pela Setec⁸ e após as 19h00 dirige-se à avenida Francisco Glicério, com outro *trailer* menor – sem regularização –, fazendo parte, portanto, do circuito da madrugada:

Você está entendendo porque eu tenho que me virar e vir trabalhar de noite aqui também... Aqui de noite não tem fiscalização, daí eu coloco esse carrinho aqui e vendo nesse ponto que ninguém ocupou. Mas também não pago nada por ele, porque de noite “os caras” não vem fiscalizar... E outra, para nós vira aqui também. Se você pegar a estimativa de venda que a gente faz aqui, pôr no papel, vale muito a pena: tem muita gente que sai do trabalho bem de noite e só tem tempo de comer um lanche. Daí eu paro aqui do lado do ponto e vendo (Entrevista de 5 de março de 2015).

A leitura espacial de outros pontos mais vantajosos e a “fuga” da fiscalização também faz parte do cotidiano de E., proprietário de uma das bancas que vendem frutas na avenida Orosimbo Maia: das 7h30 às 18h00, de segunda-feira a sábado, esse vendedor organiza-se no fixo regularizado. Após esse horário, recolhe as sobras do dia, e se dirige – com seu automóvel próprio – até o Terminal Central, no qual monta a sua “banca desmontável”:

Até as seis da tarde sou regularizado pela Setec. Depois, sou o “ilegal”. Vai entender... “Ilegal”. Eu preciso comer, eles também, o que tem de ilegal nisso tudo? Mas assim também era quando eu fui assentado do MST lá no Paraná: os invasores de terra... E por que eu vou para o Terminal Central? Aqui é bom, mas lá é bem melhor. Consigo vender todas as sobras até às dez da noite. Acho que é porque lá tem mais fluxo de

8 Serviços Técnicos Gerais – autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas.

gente, também porque as pessoas estão mais próximas dos ônibus, daí elas conseguem comprar mais, porque conseguem levar pra casa. Eu acho que lá é o melhor ponto da cidade – então eu vou para lá (Entrevista de 23 de abril de 2015).

Também é no Terminal Central que L. e suas outras companheiras conquistam “espaço através de atos que confrontam a reprodução sistêmica da vida urbana” (Ribeiro, 2005b, p. 421). Essas mulheres trabalham até às 13h00 vendendo salgados industrializados e bebidas em seus carrinhos adaptados com isopores e, após esse horário, quando a fiscalização inicia o serviço no Terminal Central, a venda migra do carrinho para as mochilas:

Se a gente usar elas, ninguém vai perceber, né? Porque assim, carrinho só pode até às 13h00 mesmo. Mas, se eu ficar até às 13h00, eu não consigo nem o dinheiro para voltar pra casa. E eu e as outras mulheres que trabalham por aqui achamos esse jeito para ficar e ganhar. A gente vai se virando assim, como dá (Entrevista de 11 de fevereiro de 2016).

Também é preciso voltar nossa atenção à transformação do tipo de trabalho tanto dos ambulantes quanto dos proprietários dos estabelecimentos fixados. Questionamos os períodos do ano que mais surgem essas formas de trabalho no centro da cidade, desde que momento houve uma maior densidade desses agentes na região e se há ou houve uma mutação ou permanência das atividades encontradas, a fim de compreender e relacionar esses eventos às oscilações do mercado de trabalho formal, que quando apresenta alguma variação, corresponde à maior ou menor presença de ambulantes e estabelecimentos fixos de alimentação nas ruas do centro de Campinas.

Casos típicos encontrados são dos proprietários das bancas de jornais e revistas, os quais, nos últimos anos, em decorrência da baixa nas vendas desses artigos, vêm utilizando a estrutura física das bancas para vender mantimentos e bebidas ou miudezas em geral, atendendo a uma demanda específica do centro da cidade que possibilita a instalação de novas atividades realizadas pelos pequenos (Silveira, 2004).

O cotidiano é revelador dessas e outras facetas advindas da “autonomia que constrói o lado libertário dos sujeitos sociais” (Ribeiro, 2013d, p. 85) e que caracterizam profundamente o circuito inferior da economia urbana. Registramos que esse subsistema econômico incorpora, ainda que de maneira incompleta, cada vez mais as novas tecnologias da informação em suas atividades, inclusive sendo possível encontrar ambulantes com carrinhos que oferecem rede *Wi-Fi* gratuita para os clientes, máquinas de senhas em papel para organizar a fila de pedidos e máquinas de cartões de débito, crédito e vale-refeição. Dessa forma, o cotidiano desses sujeitos deixa claro que, gradativamente, não se pode dissociar as atividades do circuito inferior daquelas do circuito superior da economia urbana (Montenegro, 2014); os nexos se estreitam e constituem novas contradições e solidariedades.

Por essa razão, afirmamos que o circuito inferior “adota múltiplas formas e estabelece relações com o circuito superior que vão de complementariedade à subordinação” (Arroyo, 2008).

Com isso, há um estreitamento dos nexos existentes entre o circuito superior e inferior que pode ser constatado quando os ambulantes, os bares e os pequenos restaurantes populares são dependentes do sistema de abastecimento organizado pelos agentes superiores, por meio das grandes redes de atacadistas, varejistas e distribuidores de alimentos e bebidas da região, como Atacadão, Carrefour, Ceasa, Enxuto, Extra, Higa e Walmart.⁹ Assim afirma Xavier (2015, p. 29): “O aumento do consumo de alimentos industrializados é uma amostra da expansão e modernização do consumo da população de baixa renda e do entrecruzamento dos dois circuitos”.

O dia a dia dos trabalhadores da alimentação evidencia os vasos comunicantes entre o consumo dos produtos no circuito inferior e a capilaridade que ele próprio exerce na cidade para esses produtos que são produzidos e distribuídos por grandes empresas e marcas, tanto de alimentos quanto de bebidas:

Contudo, esse circuito inferior não é abastecido apenas por grandes redes de distribuição (atacadista e varejista) e marcas famosas de produtos, mas também por uma miríade de pequenos produtores caseiros de “salgados” e “doces” que confirmam a existência de redes domésticas nessa economia local.¹⁰

A grande maioria dos sujeitos sociais (entrevistados), hoje proprietários tanto dos estabelecimentos fixos quanto dos móveis, começaram no ramo da alimentação justamente com a produção caseira desses alimentos pronta-entrega, configurando essa atividade, portanto, como elemento fundamental – e não menos importante – para a compreensão do circuito espacial produtivo do comércio popular de alimentação.

Tem-se como um dos exemplos C., dona de um pequeno restaurante da avenida Francisco Glicério, oriunda do Recife:

Quando eu cheguei em Campinas, eu comecei a trabalhar com salgados. Eu fazia meus salgados na minha casa aqui e entregava para as pessoas, entregava para as crianças nas escolas e tal. E também para buffet e alguns bares daqui do centro. E eu atendia algumas escolas e lá tinha uma criança, que me chamava de tia, e que o pai era chefe de cozinha mexicana aqui em Campinas. Ela falou de mim para o pai, ele veio me procurar e me contratou para trabalhar na cozinha do restaurante. No começo, eu continuei a fazer apenas os meus salgados, mas depois de três meses eu já tive que enfrentar a cozinha e aprender a fazer de tudo. Lá, eu aprendi mais dessas coisas refinadas, mas aqui no meu restaurante é mais comida, como se diz, de peão, sabe? Pros trabalhadores. Então, precisa ser esse arroz, feijão, duas misturas... para alimentar esse pessoal. Uma comida mais popular. E essa foi minha trajetória: comecei a fazer os salgados assim que cheguei do Recife, aprendi a ser cozinheira e agora toco esse restaurante aqui (Entrevista de 14 de abril de 2015).

9 Principais redes atacadistas de distribuição de alimentos que atendem os agentes do circuito inferior na cidade de Campinas. Informação levantada durante os trabalhos de campo.

10 Sabe-se que, de uma forma ou de outra, o circuito inferior do comércio popular de alimentação está atrelado aos agentes superiores do circuito espacial produtivo, mesmo os abastecidos por essa rede doméstica de produção, já que “nunca são atividades totalmente autônomas porque, por um lado, dependem da aquisição de algum insumo ou ferramenta fornecida pelas empresas do circuito superior” (Arroyo, 2008).

Vindo do Paraná, M. também encontrou na venda de salgados pelas ruas a possibilidade do primeiro salário na cidade:

Cheguei em Campinas e comecei a trabalhar vendendo salgadinho na rua. Eu vendia bem, eu até consegui na época comprar uma caminhonete com o dinheiro dos salgados que eu vendia na rua do meu bairro, no Ouro Verde. Eu não trabalhava por encomenda, só no porta a porta, vendendo coxinha, rissoles, empanadas. Eu trabalhava, na rua, das 8h00 ao meio-dia. E, para conseguir vender, eu tinha que conversar. Para vender é isso: conversa! Eu tinha que fidelizar o meu cliente. Por exemplo: você não tem que ganhar uma venda, você precisa conquistar um cliente, esse é o foco. Eu não posso vender o peixe para o fulano, eu preciso conquistar o fulano primeiro. Esse é o lema de qualquer um que trabalha na rua. Então, se você não tem essa visão, esse marketing pessoal, você não consegue vender o seu peixe. Você pode até colocar um carrinho do meu lado aqui, mas se você não tem essa dinâmica da conversa, não adianta, você não vai vender! (Entrevista de 5 de março de 2015).

Essas informações primárias são essenciais para compreender analiticamente como se constituem redes locais de organização, que refletem as diversas formas de resistências travadas pelas parcelas pobres da população na grande metrópole. De certa forma, os nexos existentes entre as várias manifestações do circuito inferior acabam por constituir uma *economia solidária* (Coraggio, 2002, 2005, 2011; Singer, 2012) na qual as formas sociais de reprodução do trabalho são materializadas de uma maneira menos desigual e o sentido da produção é aquele da possibilidade de reprodução digna da vida (Pintaudi, 2002; Singer, 2012) num mercado socialmente necessário (Ribeiro, 2005a).

Assim, podemos afirmar que o contato com a “experiência urbana das classes populares” (Ribeiro, 2013b) – a partir da análise do cotidiano e do lugar – tem servido de aporte para refletir de que modo a escassez vivida pelos sujeitos pobres torna-se a força que permite, na cidade, a costura de projetos pautados em ações sociais de cunho emancipador.

Situação alimentar urbana e resistência: o mercado socialmente necessário contra a fome na cidade

Reconhecemos os nexos entre o comércio popular de alimentação e a sociabilidade (Ribeiro, 2004): ambos possibilitam na troca e no intercâmbio de mercadorias a movimentação e a troca das subjetividades. Assim, por meio do comércio popular de alimentos em Campinas, buscou-se entender como os sistemas técnicos dão forma à cidade e como ela é efetivamente reproduzida.

É de extrema importância pontuar que o circuito inferior da economia urbana permite uma reflexão acerca de outras concepções não hegemônicas de mercado que se realizam em um tecido social esgarçado e precário, abrigo daqueles que experimentam a escassez cotidianamente (Ribeiro, 2005a). Assim compõe-se como uma manifestação das singularidades do lugar, o que Ribeiro (2013b, p. 298) veio a denominar “territorialidades da resistência”.

Os trajetos que os trabalhadores e consumidores estabelecem para sobreviverem nos lugares centrais de Campinas demonstram essas singularidades. É justamente seguindo essas sinuosas veredas que compõem a trama social da cidade que os novos arranjos espaciais podem ser capturados e revelados. Nesse sentido, surgem no caminho percorrido da pesquisa os “lançes da vida” (Telles, 2007, p. 198) cotidiana – carregados de contradições e novos significados.

Para Ribeiro (2013b, p. 296), o cotidiano configura-se como uma “temporalidade alienada” capaz de manifestar “contínuas microrrupturas e desvios práticos” – o que interpretamos como as *contrarracionalidades* na cidade. Nesse sentido, Santos (1996b, p. 10) admite que o “cotidiano supõe o passado como herança [...] e o futuro como projeto”.

Afirma-se, nessa temporalidade alienada:

[...] o homem lento, conquistador de oportunidades de sobrevivência e real sujeito das resistências que emergem nos espaços *clean* e nas grandes superfícies da última modernidade. É na agencia cotidiana que o homem lento, conduzido pela cultura ordinária, aparece como portador de futuros e também como inventor de soluções. Assim, é na espaço-temporalidade do cotidiano que a natureza prática do senso comum adquire a potência das territorialidades resistentes, transformando o acaso [...] em projeto realizado e, ainda mais, em tecido social (Ribeiro, 2013b, p. 296).

O cotidiano da urbe revela as relações de dominação e resistência nas ações coletivas de transformação do espaço. As subjetividades¹¹ resultantes dos usos conflitivos da cidade carregam angústias, sentimentos de incertezas, conhecimento da cidade, tensões, experiências populares – tanto coletivas quanto individuais –, enfim, vozes abastecidas de energias sociais tão caras à transformação da urbe.

A dinâmica da comercialização dos alimentos, sobretudo nas grandes cidades, a exemplo de Campinas, tem possibilitado meditar sobre a vida cotidiana dos trabalhadores. É por essa busca da “dimensão espacial do cotidiano” (Santos, 1996a, p. 321) na cidade, isto é, pelo entendimento do conteúdo geográfico da escala da experiência e da existência nas cidades, que:

[...] poderemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento (e, talvez, teorização) dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação (Santos, 1996a, p. 321).

Assim, a situação alimentar urbana no centro de Campinas traz à tona as particularidades dos espaços populares e evidencia o que Silveira (2009a) chamou de princípios de solidariedade socioespacial.

No lugar – que reclama uma visão atenta aos aspectos de suas singularidades – surgem “oportunidades técnicas e políticas para [se instalar] outro gênero de trabalho que não obrigatoriamente o global” (Silveira, 2009a, p. 141).

¹¹ Entendemos essa esfera da vida individual e coletiva (psicosfera) como “a esfera das paixões das crenças, dos desejos, tão objetiva em nossa vida quanto objetiva é a esfera da materialidade” (Santos, 1996b, p. 11).

Daí o território usado (Silveira, 2009a) ser aqui entendido como o *espaço banal* dos *aconteceres solidários* (Santos, 1996a), ou seja, o abrigo simultâneo de diferentes formas de produzir e consumir, a casa coletiva de todos os homens, de todas as empresas e instituições.

O circuito inferior revela a pobreza urbana das metrópoles, pois trata de sujeitos que, como observado, travam cotidianamente uma luta de resistência – por meio do trabalho e não da acumulação de capital – para a obtenção mínima de recursos que garantam a sobrevivência em outros mercados da cidade, que não os hegemônicos. Há, portanto, no território das metrópoles, a configuração de um “mosaico de múltiplas combinações, diversidades, oposições, enfim, muitas formas de fazer, de sentir, de viver” (Arroyo, 2008).

Assim, o estudo do circuito inferior do comércio popular da alimentação, é uma forte ferramenta para pensar a cidade como uma arena dos atores de existências concretas (Silveira, 2009b). Ou seja, atores organizadores de “mercados concretos”, que, por sua essência, são “territoriais”, constituindo um “dato constitucional para una nueva política” (Silveira, 2007, p. 164).

Conforme Arroyo (2008), essa presença maciça e intensa de um circuito econômico concreto e territorial, organizado e utilizado pelos pobres:

[...] revela o drama das metrópoles, mas também sua força. A diversidade e o volume de fluxos que essa multiplicidade de trabalhos representa agregam riqueza e dinamismo à economia urbana [...] essa multiplicidade também é introduzida na vida social e cultural das grandes cidades, onde as práticas ligadas ao dia a dia do bairro, da rua, da praça e, portanto, do território criam uma pluralidade de expressões e de códigos, uma cultura que faz e refaz com a existência.

Acreditamos que esse circuito, resultado da pobreza existente nos lugares, esteja de fato permitindo a formação de um mercado socialmente necessário, pois, ao alimentar os pobres sobreviventes da cidade fragmentada e desigual, materializa a produção de um dinheiro social, horizontalizado e, o mais importante, enraizado no meio ambiente construído e na economia urbana popular (Silveira, 2007).

Portanto, o circuito inferior da economia urbana é a expressão geográfica do mercado socialmente necessário e este é a expressão sociológica daquele. Estas duas perspectivas não se excluem e, de maneira mútua, permitem uma aproximação de método apresentada ao longo desse artigo.

Dessa forma, na conjuntura atual, o mercado socialmente necessário surge como resposta da necessidade indispensável em se “criar um outro ator, com a suas correlatas imagens e porta-vozes” (Ribeiro, 2013b, p. 306), a fim de concretizar uma reinvenção da cidade. Um mercado, no qual “pela experiência concreta do compartilhamento, o valor de uso predomina sobre o valor de troca (ver Bourdieu, 1994)”¹² (Ribeiro, 2013b, p. 307).

12 BOURDIEU, P. *Lições da aula*. São Paulo: Ática, 1994.

Ou seja, um mercado que garante a existência do Outro na urbe: do pobre e de sua economia; do *homem lento* (Santos, 2002) e de seu efetivo ato restaurador na metrópole. Um mercado-força contra a reprodução da miséria nesta cidade tão habituada à fome,¹³ já que sempre reformulada às exigências do capital:¹⁴

Aunque las carencias alimentarias han acompañado la historia de la humanidad, la creciente inseguridad alimentaria en el mundo – entendiendo por esta las situaciones de ausencia o escasez de comida o la falta de acceso regular de los grupo sociales a alimentos y los recursos que permiten obtenerlos – parece estar ligada a la internacionalización del sistema capitalista y a los procesos de producción de miseria y pobreza que ha ido favorecido en todas partes (Gracia-Arnaiz, 2015, p. 256).

Germinado pelas *contrarracionalidades* da metrópole, esse novo ator garantiria o *direito à cidade* (Lefebvre, 1969) e, portanto, o direito à alimentação. Em outras palavras, apenas na cidade como obra coletiva – e não mais fragmentada aos interesses do capital – teríamos concretizada a cidadania plena (Santos, 1987), o que levaria, conseqüentemente, a um “outro discernimento sobre a propriedade privada, sobre a composição dos salários, sobre a lógica dos serviços públicos, sobre os diferentes meios de existência” (Cataia; Mestre, 2015, p. 74) e, sobretudo, sobre o acesso à comida que de fato nos humaniza. Um ator que construiria uma cidade, enfim, livre da fome.

É assim que o circuito inferior da economia urbana, pensado a partir desse importante comércio popular de alimentos, revela a força dialética da metrópole: fruto da desigualdade socioespacial do país, é ele quem permite, a partir da criatividade, espontaneidade e resistência – características inerentes aos inúmeros homens e mulheres pobres do lugar – uma reflexão e prática profundas sobre as tramas da cidade em sua totalidade.

Considerações finais

Campinas privilegia usos corporativos do território. Faz parte de seu cotidiano, portanto, ser um lugar desigual socioterritorialmente: pobreza e riqueza disputam e produzem espaços; dinamizam, assim, a urbe.

A existência de uma situação alimentar urbana, conformando um mercado socialmente necessário no centro de Campinas, revela a luta cotidiana travada pelos sujeitos hegemônicos na metrópole. Gestos *contrarracionais* – o (sobre)viver e a “arte de se virar” na cidade – como princípio da resistência para a permanência na urbe e, sobretudo, para a sua reinvenção:

Tem muita gente que vem aqui pedir comida. Um monte de morador de rua vem pedir comida. E, olha, de um tempo pra cá, é muita gente pedindo. Muita gente. Olha, se eu pudesse, se eu tivesse dinheiro, sabe o que que eu fazia? Eu alugava ou comprava

13 Partimos do princípio de que existe na cidade uma fome oculta (Castro, 1961). Uma fome persistente nos interstícios da metrópole, ou seja, aquela contida nas diversas maneiras de acesso ao alimento de uma infinidade de trabalhadores precarizados e, portanto, forçados “a um regime de terríveis restrições pela perda do valor aquisitivo dos seus salários” (Castro, 1946, p. 280). Dessa maneira, a pesquisa atenta-se para essa fome de “fabricação humana” (Castro, 1961) presente na linha tênue das variações dos preços das refeições e salários na cidade.

14 Conforme Souza (1994, p. 3), “estudar a fome [...] e poder compartilhar das angústias de Josué de Castro é percorrer os caminhos da compreensão do que seja a globalização e seus efeitos perversos: o mercado e a banalização da comida, a escassez, a abundância. É ver o mundo num evoluir desigual e combinado”.

uma casa para pôr essas pessoas pra morar e dar comida. Mas eu não tenho dinheiro para fazer isso. Então, sempre quando sobra comida aqui, eu dou. Eu não tenho essas coisas de miséria, porque, se Deus dá pra mim, eu tenho que dar pros outros [pausa, ela se emociona e chora]. Tem uma que eu já chamo de cliente. Ela vem sempre pedir arroz e feijão aqui. A fome existe na cidade. E você? Você quer consertar o quê? Você está aqui para consertar alguma coisa. É a fome, né? Deus sabe pra onde ele leva a gente, sabe? Eu penso assim, Deus sabe pra onde leva a gente. O que a gente vai fazer? Se eu pudesse, eu faria isso: eu consertava a fome (J., proprietária de um pequeno restaurante no centro de Campinas, em entrevista de 27 de novembro de 2015, grifo nosso).

O compromisso analítico de reflexão sobre o cotidiano alimentar da cidade permitiu evidenciar os nexos entre os *dois circuitos da economia urbana*: agentes superiores e inferiores demonstram claramente a dependência mútua numa relação constituída de cooperações, mas também de concorrências e subordinações. No circuito espacial produtivo da alimentação do trabalhador, grandes redes atacadistas e varejistas organizam e determinam a comercialização de alimentos nesse comércio popular. Mas não são apenas essas que participam da dinâmica territorial das refeições comercializadas no centro da cidade: muitos produtores caseiros estão em ação no circuito da alimentação do trabalhador, evidenciando as *horizontalidades* existentes nesse *espaço banal* – “espaço de todos os alcances, todas as determinações” (Santos, 1996b, p. 10).

Meditar – a partir de uma escolha metodológica que se volte para as espessuras urbanas do *território usado* – sobre os usos dos espaços econômicos dos pobres em Campinas, é olhar para as ações de homens e mulheres, sujeitos sociais constituídos de *existências concretas*.

A valorização do banal no cotidiano urbano permite o enfraquecimento de um discurso instituído que, a todo momento e a qualquer custo, tenta hegemonizar a cidade e seus *homens lentos* (Santos, 1994). É justamente escutando e permitindo que as vozes dos espaços *opacos* da cidade se pronunciem com seus desejos, anseios, expectativas de futuro, medos e valores, que as insurgências, ou seja, as novas visões de mundo, poderão tomar forma e transformar a cidade no lugar universal da comensalidade, e não da fome.

Ora, como propõe Silva (2012), a construção de pesquisas que valorizem o método dialógico – troca de saberes – é necessária para aprofundar a compreensão entre as relações de dominação e resistência nas ações de transformação do espaço. Um caminho encontrado para se pensar os conteúdos geográficos do cotidiano em Campinas e que leva em consideração as inquietações dos seus participantes é o trabalho de campo. Este, ao possibilitar a aproximação e ampliação das vozes criativas dos sujeitos populares de Campinas, vem nos permitindo um novo olhar para a cidade em sua totalidade.

Referências

ARROYO, M. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, n. 15, p. 30-31, out. 2008.

- CASTRO, J. **Geopolítica da fome**: ensaios sobre os problemas de alimentação e de população no mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1961.
- CASTRO, J. **Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946.
- CATAIA, M.; MESTRE, A. P. Território usado e energia elétrica: contextos urbanos atuais na América Latina. In: SILVA, C. A.; ANDRELINO, C. (Org.). **Metrópoles e invisibilidades**: da luta política às lutas de sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. p. 45-56.
- CORAGGIO, J. L. **Economía social y solidaria**: el trabajo antes que el capital. Quito: Abya-Yala, 2011.
- CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho: uma alternativa racional à incerteza. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 103-130.
- CORAGGIO, J. L. A proposta de economia solidária ante a economia neoliberal. In: PINTAUDI, S. M. (Org.). **Economia solidária**: um setor em desenvolvimento. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro/URB-AL, 2002. p. 15-26.
- GRACIA-ARNAIZ, M. **Comemos lo que somos**: reflexiones sobre cuerpo, género y salud. Barcelona: Icaria, 2015.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil – São Paulo – Campinas – estimativa IBGE para o ano de 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>. Acesso em: 27 nov. 2016.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.
- MONTENEGRO, M. R. **Globalização, trabalho e pobreza nas metrópoles brasileiras**. São Paulo: Annablume, 2014.
- MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- PINTAUDI, S. M. **Economia solidária**: um setor em desenvolvimento. São Paulo: URB-AL, 2002.
- RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a. v. 1.
- RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a. v. 2.
- RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a. v. 4.
- RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a. v. 5.

- RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, C. A. (Org.). **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005a.
- RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set./dez. 2005b.
- RIBEIRO, A. C. T. **O desenvolvimento local e a arte de “resolver” a vida**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- SANTOS, M. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- SANTOS, M. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 21, p. 7-14, ago. 1996b.
- SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 1987.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Unesp, 1979a.
- SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec, 1979b.
- SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: Edusp, 1978.
- SILVA, C. A. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a geografia em diálogo com a sociologia do tempo presente. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 220-240, 2012.
- SILVEIRA, M. L. Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. In: VIANA, A. L. A.; IBÁÑEZ, N.; ELIAS, P. E. M. (Org.). **Saúde, desenvolvimento e território**. São Paulo: Hucitec, 2009a. p. 127-150.
- SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. Dossiê. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, jan./abr. 2009b.
- SILVEIRA, M. L. Metrópolis brasileiras: un análisis de los circuitos de la economía urbana. **Revista Eure**, Santiago, v. XXXIII, n. 100, p. 149-164, dic. 2007.
- SILVEIRA, M. L. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 59-72.

- SINGER, P. A construção da economia solidária como alternativa ao capitalismo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ENTIDADES PARCEIRAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DO TRABALHO E EMPREGO, 1., nov. 2012.
- SOUZA, M. A. A fome no Brasil e no mundo: fome, perversidade e globalização (algumas preliminares). Texto elaborado para o Encontro Internacional Lugar, Formação Socioespacial, Mundo, São Paulo, 8/11 set. 1994.
- TELLES, V. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inclusas de uma pesquisa). In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 195-220.
- XAVIER, M. Modernização, expansão do consumo e pobreza urbana. In: SILVA, C. A.; CAMPOS, A. (Org.). **Metrópoles e invisibilidades**: da política às lutas de sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. p. 28-36.